

**A EXPLORAÇÃO AMBIENTAL CAPITALISTA E A ESPIRITUALIDADE
BIOCÊNTRICA: CONTRAPONTOS**

**CAPITALIST ENVIRONMENTAL EXPLOITATION AND BIOCENTRIC SPIRITUALITY:
COUNTERPOINTS**

**LA EXPLORACIÓN AMBIENTAL CAPITALISTA Y LA ESPIRITUALIDAD
BIOCÉNTRICA: CONTRAPUNTOS**

 <https://doi.org/10.56238/arev7n9-295>

Data de submissão: 30/08/2025

Data de publicação: 30/09/2025

Rafael Duarte Soares Moura

Doutor em Direito

Instituição: Universidade de Brasília (UnB)

E-mail: rafael.moura@unimontes.br

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/8471140718706716>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1104-491X>

Luiz Eduardo de Souza

Doutor em Sociologia

Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

E-mail: eduardounimontes@hotmail.com

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7818596561199982>

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2396-0138>

RESUMO

O modelo capitalista pautado na relação de produção e consumo contribui para acentuar a crise ecológica global. Desse modo, amplia-se a necessidade de gerar princípios morais que sustentam a preservação do meio ambiente. A ética e a espiritualidade biocêntricas são princípios que representam um contraponto ao modelo antropocêntrico gestado no capitalismo. Este artigo aborda como a concepção biocêntrica se relaciona com uma forma de religiosidade capaz de colaborar para minimizar os efeitos nocivos do sistema econômico hegemônico que explora em larga escala os recursos da natureza. Contra a desenfreada utilização do meio ambiente, torna-se necessário emergir concepções que projetem uma relação harmoniosa entre os humanos e os ecossistemas, superando a lógica de coisificação dos recursos ambientais. Esta pesquisa documental foi realizada a partir de uma coleta de dados bibliográficos cujos elementos centrais se encontram nas obras de Leonardo Boff. O autor aponta um modelo de espiritualidade capaz de promover nos humanos o sentimento preservação de todas as formas de vida, em contraposição ao modelo de exploração da natureza projetado pelo capitalismo.

Palavras-chave: Crise Ambiental. Espiritualidade Bioética. Educação Ambiental. Ecoteologia.

ABSTRACT

The capitalist model based on the relationship between production and consumption contributes to accentuating the global ecological crisis. As a result, there is a growing need to generate moral principles that support the preservation of the environment. Biocentric ethics and spirituality are principles that represent a counterpoint to the anthropocentric model created by capitalism. This article discusses how the biocentric conception relates to a form of religiosity capable of helping to minimize

the harmful effects of the hegemonic economic system that exploits nature's resources on a large scale. Against the unbridled use of the environment, it is necessary to emerge conceptions that project a harmonious relationship between humans and ecosystems, overcoming the logic of the objectification of environmental resources. This documentary research was based on a collection of bibliographic data whose central elements are found in the works of Leonardo Boff. The author points to a model of spirituality capable of promoting in humans a sense of preservation of all forms of life, as opposed to the model of exploitation of nature projected by capitalism.

Keywords: Environmental Crisis. Bioethical Spirituality. Environmental Education. Ecotheology

RESUMEN

El modelo capitalista basado en la relación de producción y consumo contribuye a acentuar la crisis ecológica global. De este modo, se amplía la necesidad de generar principios morales que sostengan la preservación del medio ambiente. La ética y la espiritualidad biocéntricas son principios que representan un contrapunto al modelo antropocéntrico gestado en el capitalismo. Este artículo aborda cómo la concepción biocéntrica se relaciona con una forma de religiosidad capaz de contribuir a minimizar los efectos nocivos del sistema económico hegemónico que explota a gran escala los recursos de la naturaleza. Frente a la desmedida utilización del medio ambiente, se hace necesario emerger concepciones que proyecten una relación armoniosa entre los seres humanos y los ecosistemas, superando la lógica de cosificación de los recursos ambientales. Esta investigación documental se realizó a partir de una recopilación de datos bibliográficos cuyos elementos centrales se encuentran en las obras de Leonardo Boff. El autor propone un modelo de espiritualidad capaz de promover en los seres humanos el sentimiento de preservación de todas las formas de vida, en contraposición al modelo de explotación de la naturaleza proyectado por el capitalismo.

Palabras clave: Crisis Ambiental. Espiritualidad Bioética. Educación Ambiental. Ecoteología.

1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade do século XX, tornou-se evidente um agravamento das condições ecológicas planetárias, revelando um **desequilíbrio sistêmico** que ameaça os fundamentos da vida na Terra. Essa crise não pode ser compreendida apenas sob a ótica ambiental, mas deve ser analisada como resultado direto de um modelo civilizatório sustentado por uma racionalidade econômica predatória. Conforme argumenta Enrique Leff (2009), o capitalismo moderno impõe uma lógica instrumental da razão, que reduz a natureza à condição de recurso, submetendo-a à exploração intensiva e desregulada, especialmente nos ecossistemas fluviais, terrestres e marinhos. A percepção da finitude dos recursos naturais, aliada à crescente perda da biodiversidade e à degradação dos processos autorregenerativos da biosfera, escancara os limites de um paradigma econômico insustentável.

Nesse contexto, diversos autores apontam que os impactos da crise ambiental são de tal magnitude que colocam em xeque a própria viabilidade da vida humana no planeta. Como assinala Leff (2011), os desequilíbrios ecológicos são sintomas de uma crise mais profunda: a crise de sentido de uma civilização que dissociou cultura e natureza, ciência e sabedoria, economia e ética. Por isso, a problemática ambiental mobiliza não apenas governos e organismos internacionais, mas também movimentos sociais e organizações da sociedade civil que buscam alternativas sustentáveis e solidárias.

A leitura crítica dessa conjuntura exige, portanto, uma abordagem que vá além dos aspectos técnicos ou científicos. É necessário considerar os fatores históricos, culturais e simbólicos que moldaram uma relação utilitária com a natureza. A lógica de dominação instaurada pela modernidade ocidental, centrada na acumulação e no lucro, instaurou um processo de **subjulação sistemática dos bens naturais**, conforme destaca Leff (2009), gerando exclusões sociais e degradações ecológicas interligadas.

Como resposta a essa crise civilizatória, emerge a perspectiva biocêntrica, que se apresenta não apenas como uma alternativa teórica, mas como um deslocamento paradigmático profundo da relação entre humanidade e natureza. O termo biocentrismo, em sentido amplo, designa uma visão de mundo que reconhece a vida, em todas as suas formas e manifestações, como centro de valor, dotada de dignidade intrínseca, e não como simples recurso a ser apropriado e instrumentalizado pelo ser humano. Esse paradigma rompe, portanto, com a tradição antropocêntrica que hierarquizou o cosmos, estabelecendo o homem e, mais especificamente, o homem ocidental, branco e racional, como medida de todas as coisas, reduzindo o restante da realidade a uma condição de exterioridade, disponível para a exploração. Ao contrário, a perspectiva biocêntrica propõe que a Terra e seus múltiplos seres não

sejam meros objetos de uso ou mercadorias de troca, mas integrantes de uma comunidade cósmica na qual cada existência carrega em si um valor absoluto e irredutível.

Todavia, é necessário estruturar esse conceito de modo mais rigoroso, uma vez que sua polissemia no interior do próprio debate pode gerar ambiguidades. No resumo, ele surge como ética biocêntrica, enquanto no desenvolvimento do texto, especialmente em diálogo com Boff aparece como espiritualidade biocêntrica. Essa diferença não deve ser vista como contradição, mas como expressão de duas dimensões complementares e mutuamente implicadas. De um lado, a ética biocêntrica refere-se ao plano normativo e prático, propondo novos princípios de convivência que orientem a ação humana em direção ao cuidado, à solidariedade ecológica e à corresponsabilidade planetária. Ela estrutura um horizonte normativo no qual o humano é convocado a reconhecer limites ao seu poder técnico e econômico, estabelecendo vínculos de respeito com a totalidade da biosfera. De outro lado, a espiritualidade biocêntrica vai além da normatividade e incide no plano existencial e simbólico, traduzindo o biocentrismo em experiência vivida de comunhão, reverência e pertencimento à comunidade da vida. Essa espiritualidade não se reduz à religiosidade institucional, mas revela uma sensibilidade ontológica, uma forma de habitar o mundo que resgata o elo sagrado e vital entre o humano e o cosmos.

Leonardo Boff (2004) é decisivo nesse ponto, pois articula essas duas dimensões de modo singular. A partir de uma matriz teológica e filosófica, ele sustenta que a crise contemporânea não pode ser enfrentada apenas no plano da ética racional, mas exige uma profunda transformação espiritual, cultural e civilizatória. Ao propor a superação do antropocentrismo, Boff convoca a humanidade a adotar uma ética do cuidado e da interdependência, em que o cuidado não é apenas uma virtude moral, mas uma categoria ontológica fundamental, constitutiva do próprio ser humano e do modo como este se relaciona com a Terra. Nesse sentido, sua reflexão aproxima-se da noção de pertencimento, mais adequada que o termo “pertença”, ao destacar que a humanidade não está sobre a Terra, mas é a própria Terra em um estágio de consciência e autoconsciência, capaz de sentir, pensar, amar e venerar.

A perspectiva biocêntrica, portanto, não deve ser compreendida como mero recurso discursivo ou como categoria isolada, mas como fundamento de uma nova racionalidade civilizatória. Ela conjuga normatividade e espiritualidade, ética e cosmologia, ciência e mística, propondo uma cosmovisão na qual a vida é reconhecida como valor absoluto e não negociável. Essa complexidade é precisamente o que a torna central no debate contemporâneo: ao mesmo tempo em que fornece critérios normativos para a ação humana (ética biocêntrica), também convoca uma transformação do imaginário e da sensibilidade (espiritualidade biocêntrica), sem a qual qualquer mudança estrutural permaneceria superficial. Nesse horizonte, a proposta de Boff ganha densidade: trata-se de reorientar radicalmente

o projeto humano, substituindo a lógica da dominação e da mercantilização pela lógica do cuidado, da reciprocidade e da reverência. Para ele, a Terra não é apenas habitat ou meio, mas um organismo vivo – a *Mãe Terra*, portadora de dignidade e merecedora de respeito.

A espiritualidade biocêntrica, conforme elaborada por Boff (2004), representa uma via de reconciliação entre ser humano e natureza. Ela se fundamenta em uma sensibilidade que reconhece a sacralidade da vida em todas as suas manifestações, rompendo com a lógica de instrumentalização e dominação. Ao destacar a **eco espiritualidade** como um caminho de transformação interior e social, Boff (2004) propõe uma espiritualidade que não está limitada às tradições religiosas instituídas, mas que brota do reconhecimento do elo vital entre todas as formas de existência. Essa espiritualidade inspira práticas pautadas pela compaixão, solidariedade e corresponsabilidade ecológica, orientando a construção de um novo ethos civilizatório.

Diante do agravamento da degradação ambiental em escala global, torna-se imperativo problematizar os fundamentos éticos e espirituais que sustentam o modelo civilizatório capitalista. A crise ecológica contemporânea não se reduz a um problema técnico ou gerencial: ela denuncia uma ruptura mais profunda no modo como a humanidade se relaciona com a natureza e consigo mesma. Segundo Leonardo Boff (2004), a lógica dominante – centrada na exploração ilimitada da Terra e na mercantilização da vida – é expressão de uma racionalidade antropocêntrica e utilitarista que rompeu a aliança ancestral entre o ser humano e o cosmos.

Nesse contexto, ganha força a proposição de um novo paradigma civilizatório, que articule ciência, ética e espiritualidade em uma perspectiva integradora. Boff (2003) defende a necessidade de uma espiritualidade ecológica que reconheça a Terra como sujeito de direitos, portadora de dignidade e sacralidade. Tal visão rompe com o dualismo natureza/cultura e convoca uma ética do cuidado, da reverência e da corresponsabilidade, desafiando os fundamentos antropocêntricos da modernidade ocidental.

Para o autor, a espiritualidade não se restringe ao âmbito religioso institucional, mas se manifesta como uma atitude existencial de pertencimento e comunhão com a totalidade da vida. Nesse ponto, a opção terminológica merece um esclarecimento: embora Boff, em alguns momentos, utilize a expressão “pertença”, sua intenção aproxima-se mais do conceito de “pertencimento”, entendido não em chave possessiva, mas como coparticipação ontológica entre humanidade e natureza.

Trata-se de uma distinção significativa, pois, enquanto “pertença” pode sugerir uma relação derivada ou acessória, “pertencimento” sublinha a condição originária e inseparável do ser humano em relação ao cosmos e à Terra, evocando um vínculo de cooriginariedade e interdependência. Ao lançar mão dessa noção, Boff desloca a espiritualidade do campo restrito da religiosidade dogmática para o

horizonte de uma cosmologia ética, na qual o ser humano é compreendido como expressão consciente da própria Terra em processo de autorrealização.

Essa perspectiva amplia o sentido da espiritualidade ecológica, convertendo-a em uma experiência de comunhão radical que transcende fronteiras culturais e religiosas, e que resgata a unidade perdida entre sujeito e mundo, cultura e natureza, racionalidade e mistério.

Esse resgate da sacralidade da Terra – entendido como um princípio cosmológico e ético – é também enfatizado por Enrique Leff (2011), que propõe uma racionalidade ambiental capaz de integrar os saberes tradicionais, os valores simbólicos e a diversidade cultural na construção de uma sustentabilidade verdadeiramente emancipadora. Ao invés de submeter a natureza aos imperativos do capital, Leff propõe sua reapropriação simbólica e ética, orientada por uma nova sensibilidade planetária.

Assim, o despertar para a **eco espiritualidade** revela-se condição essencial para a superação da crise ambiental. Ela inaugura um novo horizonte de sentido, no qual a vida em toda a sua complexidade e diversidade – é valorizada como bem absoluto. Tal perspectiva oferece caminhos para reconfigurar as práticas humanas, pautando-as pelo cuidado com os seres vivos, pela justiça socioambiental e pela preservação do futuro comum da humanidade e do planeta.

2 A ÉTICA BIOCÊNTRICA

Diante da profunda crise ecológica que atinge o planeta – fruto da expansão de um modelo capitalista hegemônico baseado na exploração ilimitada da natureza – torna-se cada vez mais urgente a formulação de **princípios morais capazes de orientar a convivência humana com o mundo natural**. Essa crise, longe de se restringir ao campo ambiental, revela uma ruptura ética, epistemológica e civilizatória, exigindo uma revisão crítica dos fundamentos que sustentam a modernidade ocidental. Conforme observa Paul Taylor (1986), o avanço tecnológico e o poder transformador das ações humanas impõem à humanidade uma responsabilidade moral inédita, dado que os impactos das intervenções humanas ultrapassam fronteiras geográficas e temporais, afetando ecossistemas inteiros e futuras gerações.

Nesse cenário, a **ética biocêntrica** se apresenta como uma alternativa teórica e normativa ao antropocentrismo dominante. Taylor propõe que os seres humanos devem reconhecer todas as formas de vida como detentoras de valor intrínseco, ou seja, valiosas em si mesmas e não apenas em função de sua utilidade para os humanos. Isso implica considerar que animais, plantas e ecossistemas possuem legitimidade moral, mesmo que não sejam agentes racionais ou conscientes. Segundo o autor, negar

valor ético a esses seres apenas por não possuírem voz ou poder de reivindicação configura uma falha moral grave, sustentada por uma lógica de dominação e instrumentalização.

A crítica ao antropocentrismo também é desenvolvida por Leonardo Boff (2009), que afirma que a crise ambiental não é apenas uma crise da natureza, mas uma **crise dos fundamentos da cultura ocidental**, centrada na separação entre sujeito e objeto, ser humano e Terra. Em *A ética da vida a nova centralidade* (2009), Boff argumenta que a ética contemporânea deve ser reformulada a partir do reconhecimento da Terra como um superorganismo vivo, dotado de direitos e merecedor de cuidado. Ele propõe uma ética da reverência e do cuidado, na qual a convivência humana com os demais seres deve se pautar por princípios de cooperação, solidariedade ecológica e corresponsabilidade planetária.

A crise atual, portanto, não é apenas ecológica: é **ontológica e axiológica**, como destaca Hans Jonas (2006), ao afirmar que o poder humano de destruição obriga a uma nova ética da responsabilidade, voltada para a proteção da vida em todas as suas formas, inclusive a vida futura. Enrique Leff (2009) complementa essa análise ao argumentar que a racionalidade econômica moderna reduziu a complexidade do mundo natural a simples variáveis de produção, silenciando saberes tradicionais, valores simbólicos e vínculos espirituais com a natureza.

Val Plumwood (2002) aprofunda uma crítica ecofeminista ao antropocentrismo e ao dualismo natureza/cultura, ao demonstrar que a exclusão da natureza do campo moral está intrinsecamente associada à marginalização de grupos historicamente subordinados. Essa análise, contudo, não pode permanecer circunscrita à dimensão de gênero, pois a mesma lógica de dominação que inferioriza o feminino atravessa igualmente as estruturas raciais, relegando povos negros e indígenas a uma condição de exterioridade e subalternidade no interior do sistema capitalista e até mesmo das tradições teológicas ocidentais.

A articulação entre ecofeminismo e crítica antirracista permite evidenciar que a hierarquia que coloca o humano, o masculino, o branco e o racional no topo da cadeia de valor é expressão de um mesmo paradigma civilizatório excludente, responsável pela degradação simultânea da Terra e das comunidades vulnerabilizadas. Nesse horizonte, torna-se imprescindível a formulação de uma ética ecológica interseccional, inclusiva e relacional, pautada pela reciprocidade e pela corresponsabilidade entre os seres. Tal ética, ao mesmo tempo que desestabiliza a matriz patriarcal e colonial de poder, oferece caminhos para repensar não apenas a relação com o meio ambiente, mas também os fundamentos de uma convivência social marcada pela justiça, pela pluralidade e pela emancipação das diferenças.

Dessa forma, torna-se evidente que a superação da crise ecológica requer mais do que mudanças tecnocientíficas: exige a consolidação de **novos valores civilizatórios** que priorizem a

preservação da vida, a justiça socioambiental e o reconhecimento da interdependência entre todos os seres do planeta. Como afirma Boff (2003), trata-se de uma crise paradigmática que exige a construção de uma nova cosmovisão, onde o cuidado, a compaixão e a espiritualidade estejam no centro das práticas humanas.

3 ETHOS GLOBAL E PLANETÁRIO

O planeta Terra é, até o presente, o único lugar conhecido no universo capaz de sustentar a complexa diversidade da vida. Trata-se de uma **casa comum** que abriga todos os seres vivos – humanos e não humanos – em uma profunda rede de interdependência. A noção de “morada” ou “casa” remete à antiga concepção grega de *ethos*, termo que originalmente se referia ao lugar onde se vive, e que, ao longo do tempo, passou a designar os **valores e normas que orientam o modo de habitar o mundo**. Como observa Leonardo Boff (2010), esse ethos não pode mais se restringir a um espaço geográfico delimitado – como uma cidade ou nação –, mas deve abranger o planeta como um todo, reconhecendo a Terra como o lar universal da humanidade e das demais formas de vida.

Segundo Boff (2010), a compreensão do ethos como *casa comum* levanta a necessidade de uma ética planetária que permita à humanidade conviver em meio à diversidade cultural, religiosa e espiritual, e ao mesmo tempo, proteger a integridade do planeta. Essa ética deve articular um consenso mínimo capaz de garantir a sustentabilidade da vida, levando em conta as urgências ecológicas, sociais e espirituais do tempo presente. Nesse sentido, é preciso conceber um novo paradigma que supere a fragmentação do saber e da política, propondo uma visão holística e integradora da realidade.

A reflexão cosmológica de James Lovelock (2006), por meio da hipótese de Gaia, contribui com essa perspectiva ao propor que a Terra não é apenas um planeta inerte, mas um **sistema vivo autorregulado**, cujos elementos – físicos, químicos, biológicos e até culturais – interagem como partes de um organismo complexo. Nessa visão, a vida surge como resultado da complexidade evolutiva da matéria, sendo a Terra, ela mesma, uma entidade que se autocria e se reorganiza continuamente. Isso exige da humanidade um deslocamento epistemológico: abandonar visões reducionistas e adotar uma concepção **relacional e sistêmica da existência**, na qual o humano é parte e não centro da vida planetária.

Leonardo Boff (2010) enfatiza que tal deslocamento exige a construção de um novo ethos planetário que articule justiça social, cuidado ecológico e espiritualidade da Terra. Para ele, a crise contemporânea não é apenas ambiental, mas civilizacional; envolve a maneira como pensamos, sentimos e nos relacionamos com o mundo. Essa crise aponta, como também argumenta Hans Jonas

(2006), para a necessidade de uma ética da responsabilidade voltada para as futuras gerações e para a integridade da vida, capaz de frear o poder destrutivo das ações humanas.

A crítica à centralidade do ser humano também é destacada por pensadoras como Val Plumwood (2002), que denuncia o dualismo natureza/cultura como um dos pilares do antropocentrismo moderno, e defende uma ética ecológica relacional, baseada na reciprocidade e na interdependência entre seres humanos e não humanos. Enrique Leff (2009) complementa essa visão ao propor uma racionalidade ambiental que valorize os saberes não hegemônicos, as culturas tradicionais e as práticas sustentáveis enraizadas nos territórios.

Boff (2011) propõe uma espiritualidade da Terra, na qual o cuidado surge como a dimensão fundante do humano. Para ele, cuidar é mais do que uma ação ética: é uma disposição ontológica que revela a natureza mais profunda do ser humano. “O cuidado entra na constituição do ser humano. O modo-de-ser cuidado revela concretamente como é o ser humano” (BOFF, 2011, p. 34).

O novo ethos civilizacional, portanto, não deve emergir apenas de uma crítica racional ao modelo vigente, mas de uma **reconexão afetiva e espiritual com o planeta**. Boff (2011) defende que esse ethos será plural, enraizado em diferentes tradições culturais e espirituais, mas convergente em um propósito comum: **preservar a vida, regenerar a Terra e possibilitar formas de existência mais solidárias, espirituais e sustentáveis**. A Terra, assim, deixa de ser apenas um objeto de intervenção para tornar-se sujeito de direitos e centro de uma nova cosmologia ética.

4 SUSTENTABILIDADE OU ÉTICA DA TERRA

A intensificação da destruição dos recursos naturais, o agravamento do desequilíbrio ecológico e a deterioração generalizada da qualidade de vida humana e não humana impuseram à sociedade contemporânea o desafio de repensar os fundamentos morais que norteiam suas práticas em relação à natureza. Nesse sentido, Leff (2009) salienta que tal cenário provocou uma **revisão crítica dos princípios éticos** que sustentam as decisões humanas sobre o uso dos recursos naturais, exigindo o deslocamento de uma racionalidade produtivista para uma racionalidade ambiental. Para o autor, é urgente consolidar uma “cultura ecológica”, pautada por uma ética relacional entre humanidade e natureza, capaz de superar a lógica da dominação técnica e da instrumentalização dos bens naturais.

Contudo, essa transformação cultural esbarra na persistência de um modelo civilizatório centrado no consumo desenfreado, que reduz os ecossistemas a insumos disponíveis para exploração econômica. Leff (2011) observa que o ideário da sustentabilidade, muitas vezes apropriado pelo discurso neoliberal, tem sido utilizado para **relegitimar práticas que mantêm intactos os mecanismos de exaustão ambiental e exclusão social**, transformando a sustentabilidade em uma

pseudoalternativa que não rompe com os fundamentos do capital. Essa crítica converge com as análises de Gadotti (2000), que considera incompatível a existência de uma sociedade sustentável com as bases estruturais do capitalismo. Segundo ele, uma ética verdadeiramente transformadora só pode emergir de relações sociais que se desvinculem da lógica do lucro e da acumulação, propondo uma economia da suficiência, do cuidado e da partilha.

Deléage (1983), por sua vez, defende que a **conscientização ecológica da humanidade representa o melhor antídoto contra a crise ambiental**, pois introduz uma nova perspectiva ética baseada no cuidado com a Terra. Para ele, essa consciência ambiental deve ser construída a partir de práticas pedagógicas, sociais e políticas que promovam a corresponsabilidade ecológica e revelem os limites do projeto moderno. Em consonância com essa visão, Leff (2009) destaca que a crise ecológica não é apenas biogeofísica, mas epistemológica e axiológica: ela deriva de uma concepção de mundo que universalizou valores produtivistas e homogêneos, apagando a diversidade cultural e ecológica que sustenta a vida.

Aldo Leopold (2008), ao formular a noção de “Ética da Terra”, amplia a fronteira da consideração moral para incluir o solo, as águas, as plantas e os animais como membros de uma **comunidade biótica**. Para ele, o ser humano deve ser visto como parte, e não como senhor da natureza. A ética, nesse contexto, passa a ser entendida como uma responsabilidade coletiva pela integridade, estabilidade e beleza do sistema biótico. Essa proposta de Leopold antecipa, de certa forma, o conceito de **ética da responsabilidade** proposto por Hans Jonas (2006), que apela à consciência moral da humanidade diante de seu poder técnico-científico devastador, exigindo que as ações humanas considerem não apenas os impactos imediatos, mas também os efeitos sobre o futuro da vida.

Superar o paradigma antropocêntrico, portanto, implica adotar uma visão biocêntrica que reconheça a interdependência e a dignidade de todas as formas de vida. Essa transformação ética e civilizacional exige não apenas um redirecionamento racional, mas também espiritual. Como observa Boff (2003), a **espiritualidade pode desempenhar um papel central na formação de um novo ethos planetário**, pois desperta no ser humano o senso de pertencimento, reverência e cuidado em relação à Terra. Para ele, “precisamos elaborar um novo sonho e articular um novo sentido de vida. No dialeto religioso, diríamos, precisamos de uma nova espiritualidade” (BOFF, 2003, p. 91). Essa espiritualidade ecológica, desvinculada de institucionalismos religiosos, promove a sacralização da vida, entendida como bem comum e valor em si mesma.

Nesse contexto, a espiritualidade, a ética e a ecologia se entrelaçam na construção de uma nova sensibilidade planetária, capaz de orientar ações sustentáveis, solidárias e profundamente humanas.

Trata-se de constituir um novo modo de habitar o mundo, um *ethos* da Terra – que une razão, afeto e responsabilidade em prol da continuidade da vida em sua plenitude.

5 ÉTICA E ESPIRITUALIDADE BIOCÊNTRICAS: A CONTRIBUIÇÃO DE LEONARDO BOFF

A crise ambiental contemporânea, discutida na seção anterior, impõe às religiosidades um novo horizonte ético e espiritual: **como a humanidade deve viver sem romper o frágil equilíbrio que sustenta a vida no planeta?** Esse desafio exige das tradições religiosas – especialmente das religiões abraâmicas, como o Cristianismo – uma revisão crítica de seus pressupostos antropocêntricos. Tais tradições, historicamente centradas na dignidade humana, conferem ao ser humano um lugar privilegiado na criação, mas raramente estendem esse valor à totalidade dos seres e ecossistemas. Como observa Boff (2010), essa limitação impede que essas religiões desenvolvam uma ética verdadeiramente planetária, capaz de incluir os seres não humanos como sujeitos morais.

A ética antropocêntrica presente no imaginário religioso ocidental gerou, segundo o autor, uma visão instrumental da natureza, concebida como simples cenário ou recurso a ser dominado. No entanto, para enfrentar a crise ecológica de forma integral, é necessário que as religiões superem essa lógica e reconheçam a **interdependência radical entre os seres vivos e o planeta que habitam**. Leonardo Boff (2004; 2011), ao propor uma **espiritualidade ecológica ou ecoespiritualidade**, afirma que a Terra deve ser concebida como “Casa Comum” e como “sujeito de direitos”, pois é um ser vivo, dotado de complexidade e de dignidade própria.

Em suas obras, Boff argumenta que a superação da crise civilizacional exige uma **ética da vida**, que compreenda a comunidade biótica como um todo interligado. Essa ética não se limita aos humanos, mas abrange todos os seres – do mais simples ao mais complexo – reconhecendo o valor intrínseco da existência. Para ele, “a nova centralidade da ética é a vida em todas as suas formas” (BOFF, 2009, p. 45), o que implica um deslocamento do eixo antropocêntrico para um paradigma biocêntrico ou, mais amplamente, **cosmocêntrico**, em que cada elemento do universo tem seu lugar e valor.

Boff propõe, portanto, que as religiões assumam um papel transformador e assumam a sacralidade da vida como valor fundante. Em vez de conceberem Deus como separado do mundo, ele sugere que se reconheça a presença do divino na própria criação – um entendimento de espiritualidade imanente, que desperta cuidado, compaixão e responsabilidade. Em sua leitura teológica, “o universo é o novo sujeito da história” e “a Terra é portadora de um desígnio sagrado que deve ser respeitado e cultivado” (BOFF, 2003, p. 112).

Nesse sentido, Boff não apenas critica a tradição antropocêntrica, mas oferece um **marco teórico e espiritual para uma nova ética planetária**, em que a comunidade de vida ocupa o centro das preocupações humanas. Sua contribuição é essencial para os estudos contemporâneos sobre ecologia, espiritualidade e religiosidade, pois oferece caminhos para que as tradições religiosas deixem de ser parte do problema e se tornem parte da solução na superação da crise ecológica global.

6 COMPLEXIDADE UNIVERSAL: A RELIGAÇÃO CÓSMICA

Leonardo Boff (2009) propõe um novo modelo de pensamento baseado na **relação dinâmica e integradora entre todos os elementos do universo**, em que a religação espiritual, ecológica e cósmica se torna o fundamento de uma nova racionalidade. Para o autor, é necessário superar a visão fragmentada da realidade e adotar uma perspectiva que compreenda a Terra, o universo e a humanidade como **totalidades orgânicas e interdependentes**, tecidas por uma rede de relações que sustentam a vida em sua diversidade e complexidade. Nessa concepção, o universo é mais do que a soma de seus elementos: “consiste em uma complexíssima rede de relações em todas as direções e em todas as formas, entre todos os seres existentes” (BOFF, 2009, p. 91).

Essa visão de mundo, ancorada em uma cosmologia relacional, dialoga com o pensamento sistêmico de Fritjof Capra (1996), que vê o universo como uma teia de processos interligados, e com a proposta de Edgar Morin (2005) de uma **ecologia da complexidade**, na qual tudo está em constante interação e transformação. Boff insere o ser humano nesse mesmo sistema relacional, afirmando que “o ser humano é parte do sistema humanidade. A humanidade é parte do sistema animal; este, da Terra que, por sua vez, pertence ao sistema sol, ao sistema Via-Láctea, ao sistema universo em expansão” (BOFF, 2009, p. 93).

A partir dessa compreensão, cada ser ocupa um lugar único na totalidade cósmica e contribui para o equilíbrio da vida. Não há seres isolados ou autônomos em sentido absoluto; todos estão interligados em ciclos de retroalimentação e reciprocidade, como já intuía Gregory Bateson (1972), ao afirmar que os padrões que conectam sustentam a integridade dos sistemas vivos. Assim, alterações em qualquer componente do sistema-Terra – seja ele biológico, climático ou simbólico – reverberam sobre o conjunto, afetando diretamente a espécie humana e todas as demais formas de vida.

Boff (2009) argumenta que essa consciência cósmica exige uma **espiritualidade que reconheça o espírito como princípio vital presente em todos os seres**. “O espírito, em seu sentido originário, donde vem a palavra espiritualidade, é a qualidade de todo o ser que respira [...] a Terra toda e o universo são vivenciados como portadores de espírito” (BOFF, 2009, p. 83). Essa

espiritualidade, ao contrário das formas institucionalizadas e antropocêntricas de religião, propõe uma abertura radical ao mistério da vida, percebida como sagrada em todas as suas manifestações.

Esse paradigma espiritual e ecológico está em consonância com a visão do teólogo ecologista Thomas Berry (2000), que defende uma nova história do universo em que os seres humanos não sejam senhores da criação, mas membros de uma comunidade planetária. Boff (2011) partilha dessa perspectiva ao afirmar que a **humanidade pode exercer um papel tanto destrutivo quanto regenerador** na Terra, sendo responsável por suas escolhas diante da crise ecológica atual. Sua ética biocêntrica propõe que a Terra seja respeitada não como meio, mas como sujeito, integrando uma comunidade de vida que comprehende todos os seres como portadores de valor intrínseco.

Dessa forma, o pensamento de Boff contribui significativamente para a construção de uma **cosmologia relacional, espiritual e ética**, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos do sistema-Terra. Ao romper com o paradigma antropocêntrico e adotar uma visão holística e interdependente da realidade, essa proposta oferece as bases para um novo pacto civilizatório, no qual a sobrevivência da vida – em todas as suas formas – se torna o horizonte ético e espiritual fundamental.

7 A UNIDADE E A DIMENSÃO DA TERRA

Analizar o ser humano como **parte constitutiva da própria Terra** é uma premissa central da ética biocêntrica, que rompe com os dualismos modernos e propõe a compreensão do planeta e de seus habitantes como uma **única realidade dinâmica, interdependente e em coevolução**. Segundo Leonardo Boff (2010), essa visão contrasta radicalmente com a perspectiva antropocêntrica dominante na tradição ocidental, ao reconhecer que o ser humano não está fora ou acima da natureza, mas é expressão dela. Para o autor, “o ser humano é a própria Terra que, num momento avançado de sua evolução, começou a sentir, a pensar, a amar e a venerar” (BOFF, 2010, p. 31).

Essa compreensão tem raízes tanto filosóficas quanto científicas. A etimologia da palavra *homem*, derivada de *hominem* e *humus* (do latim), ilustra, para Boff, a **ligação ontológica entre o humano e o solo fértil**, isto é, entre a consciência e o corpo planetário do qual ela emerge. Trata-se de uma concepção cosmológica da vida, sustentada por uma narrativa evolutiva que reconhece a ancestralidade comum de todos os seres. Nessa linha, o autor estrutura sua proposta com base em cinco grandes momentos ou dimensões: o **elemento cósmico**, relativo à origem do universo há cerca de 13,8 bilhões de anos; o **elemento químico**, surgido nas estrelas e fundamental para a composição da matéria viva; o **elemento biológico**, no qual a matéria se organiza e dá origem à vida; o **elemento humano**, expressão do aumento da complexidade e da autoconsciência; e o **elemento planetário**, que enfatiza a unidade sistêmica da vida na Terra (BOFF, 2010).

Essa narrativa encontra ressonância em autores como **Thomas Berry** (2000), que vê o ser humano como “modo de ser do universo”, e defende a construção de uma nova história da criação que inclua a ciência, a espiritualidade e a ética como dimensões integradas do existir.

Além disso, **Edgar Morin** (2005) propõe uma **reforma do pensamento** baseada na complexidade, apontando que o ser humano deve ser compreendido em relação com o cosmos, a vida e a Terra. Para Morin, a identidade humana não pode ser pensada isoladamente, mas em conexão com o que ele chama de “trindade ecológica”: o indivíduo, a sociedade e a espécie, todos enraizados na biosfera.

Essa perspectiva integrada sugere que a consciência ecológica não deve ser construída a partir da separação entre sujeito e objeto, mas sim de uma profunda **reconexão ontológica** com a Terra como *matriz vital*. Assim, ao compreender sua origem no processo cósmico-evolutivo, a humanidade reconhece sua **ancestralidade comum com todos os seres vivos** e, com isso, uma nova base ética para sua atuação: o cuidado com a vida e o respeito à integridade dos sistemas que sustentam a existência.

8 A SACRALIDADE DA TERRA: ECOESPIRITUALIDADE, UMA ESPIRITUALIDADE BIOCÊNTRICA

A união profunda entre humanidade e Terra representa mais do que um novo projeto ético: trata-se da emergência de uma **nova cosmovisão civilizatória**, que reposiciona o ser humano dentro da trama da vida e da sacralidade do planeta. Para Leonardo Boff (2011), a crise ecológica contemporânea não será superada apenas por inovações tecnológicas ou mudanças políticas, mas exige o surgimento de uma **nova experiência de sentido**, marcada pela reconexão com os mistérios do ser e com o pulsar da vida em sua totalidade. Esse movimento interior e coletivo conduz àquilo que o autor denomina de **eco espiritualidade**, uma espiritualidade centrada na Terra como *Gaia*, nossa casa comum, viva, sagrada e interdependente.

Essa ecoespiritualidade propõe a superação do paradigma individualista e consumista, enraizado na lógica da separação e da exploração. Em seu lugar, propõe uma **consciência planetária**, fundada no cuidado, na compaixão e na responsabilidade partilhada por todas as formas de vida. “Somos responsáveis pela vida ou pela morte de nosso planeta vivo. Depende de nós o futuro comum, nosso e de nossa querida casa comum: a Terra” (BOFF, 2011, p. 72). Nesse sentido, o espiritual deixa de ser compreendido como algo dissociado da matéria e passa a ser vivido como a própria dimensão de profundidade da existência — como aquilo que confere sentido à vida em comunidade com os demais seres do planeta.

Essa abordagem dialoga diretamente com as reflexões de **Thomas Berry** (1999), para quem a espiritualidade ecológica consiste em viver em harmonia com o universo, reconhecendo a sacralidade da Terra como fundamento de toda vida ética. Berry propõe uma espiritualidade cósmica, na qual o ser humano reconhece que “o universo é uma comunhão de sujeitos, e não uma coleção de objetos” – noção essa também presente em **Teilhard de Chardin** (2004), ao defender que a evolução não é apenas um processo biológico, mas uma jornada espiritual rumo à consciência cósmica.

Na mesma direção, **Joanna Macy** (2007) associa a espiritualidade ecológica à “grande virada” (*The Great Turning*), um processo de transição que demanda não só ações socioambientais concretas, mas também uma profunda reorientação interior, na qual os indivíduos se reconhecem como parte da teia da vida. Esse deslocamento espiritual, ao mesmo tempo pessoal e coletivo, reforça a ideia de **corresponabilidade planetária**, fundamental para a construção de um ethos biocêntrico.

Boff (2011) amplia essa concepção ao propor uma **espiritualidade enraizada na Terra**, que recupera nossas raízes telúricas e afirma que o espírito é uma qualidade imanente a todos os seres vivos. Para ele, “a espiritualidade é a energia vital que permeia tudo, que anima o universo e que nos convoca à comunhão com a totalidade da vida” (BOFF, 2011, p. 75). Essa espiritualidade não está limitada às religiões institucionalizadas; ela brota da experiência da interconexão e da reverência pela vida.

A ecoespiritualidade, assim, torna-se o fundamento simbólico e ético de uma nova civilização: **biocentrada, solidária e reconciliada com a Terra**. Ela integra ação e contemplação, política e interioridade, ciência e mistério, estabelecendo uma base relacional e afetiva para enfrentar os desafios do sistema-Terra e resgatar o sentido profundo da vida.

9 EDUCAÇÃO AMBIENTAL: FUNDAMENTOS, DESAFIOS E SUA ARTICULAÇÃO COM A ÉTICA BIOCÊNTRICA

A crise ecológica contemporânea, aprofundada pela lógica de expansão e exploração do capitalismo global, exige respostas que ultrapassem soluções meramente técnicas ou gerenciais. Trata-se de uma crise civilizatória que demanda uma profunda **revisão dos valores, saberes e práticas que orientam a relação da humanidade com a natureza**. Nesse contexto, a **Educação Ambiental** torna-se uma estratégia essencial para a construção de um novo paradigma, centrado na ética do cuidado, na solidariedade ecológica e na espiritualidade da Terra.

Segundo Gadotti (2000), a Educação Ambiental deve ser compreendida como uma **prática educativa emancipadora**, que transcende o ensino técnico-científico tradicional e visa a formação de sujeitos críticos e conscientes da interdependência entre todos os seres vivos. Ela atua não apenas sobre

comportamentos individuais, mas sobre estruturas sociais e culturais, contribuindo para a transformação das relações entre ser humano, sociedade e natureza. Inspirado em **Paulo Freire**, Gadotti defende que educar para o meio ambiente é, antes de tudo, **educar para a vida**, em sua dimensão ética, política e espiritual.

Leonardo Boff (2003) corrobora essa perspectiva ao afirmar que **não basta promover ações sustentáveis ou preservar recursos naturais**: é necessário reformular profundamente os fundamentos da convivência humana com a Terra. Para ele, a crise ecológica exige o despertar de uma nova consciência planetária, que reconheça a **Terra como um ser vivo, sagrado e digno de cuidado**. Em *Saber cuidar* (2003), Boff argumenta que a educação deve cultivar uma espiritualidade que reconecte o ser humano com o cosmos, promovendo a reverência pela vida em todas as suas formas.

Essa espiritualidade ecológica está enraizada em uma **ética biocêntrica**, que rompe com o paradigma antropocêntrico e utilitarista moderno. Na obra *A ética da vida – a nova centralidade*, Boff (2009) propõe uma ética fundamentada no valor intrínseco de todos os seres, reconhecendo que a vida não pode ser subordinada à lógica da acumulação e do lucro. Nesse mesmo sentido, Enrique Leff (2009) aponta que a Educação Ambiental deve assumir um papel crítico e transformador, questionando os fundamentos do modelo econômico hegemônico e promovendo uma racionalidade ambiental que valorize a diversidade cultural, a justiça ecológica e a sustentabilidade dos modos de vida.

No Brasil, a **Política Nacional de Educação Ambiental** (Lei nº 9.795/1999) estabelece diretrizes para a promoção da consciência ecológica e para a integração do meio ambiente nos processos educativos. No entanto, sua implementação enfrenta obstáculos significativos, como a fragmentação curricular, a formação deficiente de educadores e a baixa articulação entre os saberes científicos, populares e espirituais (CARVALHO, 2004; SATO, 2002). Para que a política se efetive de forma transformadora, é necessário fortalecer abordagens interdisciplinares e práticas pedagógicas conectadas à realidade socioambiental dos territórios.

Boff (2004) sustenta que a Educação Ambiental deve ser aliada à **espiritualidade da Terra**, compreendida como o reconhecimento da sacralidade dos ecossistemas e da comunidade biótica. Essa dimensão espiritual transforma a maneira como os sujeitos se percebem e agem no mundo, contribuindo para a formação de coletividades mais conscientes, solidárias e comprometidas com a defesa da vida.

Inspirada no legado freiriano, a Educação Ambiental crítica propõe-se como **instrumento de resistência às estruturas de dominação** que sustentam a degradação ambiental e a desigualdade social. Freire (1996) enfatiza que a educação libertadora nasce do diálogo, da escuta e da problematização do mundo, valores que são centrais para uma pedagogia ecológica engajada. Assim,

ao articular educação, ética e espiritualidade, a Educação Ambiental assume um papel decisivo na construção de um **novo paradigma civilizatório**, voltado à justiça social e ambiental, à cooperação entre os povos e à preservação da integridade do planeta.

10 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho procurou refletir sobre os fundamentos e desdobramentos de uma **nova espiritualidade ecológica**, inspirada no paradigma biocêntrico e enraizada na consciência da interdependência entre todos os seres. Longe de uma proposta meramente teórica, essa espiritualidade se apresenta como resposta ética e civilizatória frente à crise ecológica contemporânea, a qual revela o esgotamento de um modelo econômico, político e simbólico baseado na dominação da natureza, no antropocentrismo e na lógica da acumulação.

A partir das contribuições de Leonardo Boff (2003, 2009, 2011), entre outros autores, compreendemos que a superação dessa crise exige mais do que medidas técnicas ou ajustes normativos. Implica uma **reconfiguração profunda da racionalidade moderna**, que desloque o centro das decisões humanas do lucro para a vida, da separação para a comunhão, da exploração para o cuidado. A espiritualidade proposta aqui reconhece a Terra como *Gaia*, ser vivo, sagrado e digno de reverência, e compreende o ser humano como parte de um todo maior, expressão consciente de um universo em evolução.

Nesse horizonte, a **Educação Ambiental crítica** emerge como ferramenta estratégica para a construção de um novo ethos planetário. Inspirada por Paulo Freire (1996) e aprofundada por Gadotti (2000) e Leff (2009), essa pedagogia promove o diálogo entre saberes científicos e tradicionais, articulando espiritualidade, ecologia e justiça social. Ao provocar o questionamento das estruturas que sustentam a desigualdade e a devastação ambiental, a educação ambiental emancipa e mobiliza sujeitos para a ação transformadora.

A adoção de um paradigma biocêntrico não se limita à reorganização institucional ou técnica, mas requer um **despertar espiritual e ético** que reoriente os modos de ser, produzir, consumir e habitar a Terra. Isso implica repensar profundamente os padrões de propriedade, a lógica produtiva e o sentido da economia, reconhecendo que a dignidade da Terra está intrinsecamente ligada à dignidade das comunidades humanas e não humanas que dela dependem.

Da mesma forma que o texto problematizou as questões raciais, mostra-se igualmente imprescindível explicitar a condição histórica e atual dos povos indígenas, cujas cosmologias de pertença e reciprocidade com a natureza não apenas constituem formas de resistência cultural, mas configuram verdadeiras epistemologias do cuidado e da interdependência. Inserir essa reflexão no

mesmo eixo do ecofeminismo amplia e complexifica o horizonte crítico, uma vez que ambas as perspectivas desnudam as engrenagens de uma lógica de dominação que atravessa corpos, territórios e ecossistemas, revelando as bases coloniais, patriarcais e capitalistas da exploração contemporânea. A esse quadro soma-se a urgência de aprofundar a análise da relação entre a degradação ambiental e a vulnerabilidade das populações periféricas, que padecem de maneira desproporcional com os impactos da poluição, da degradação urbana e do colapso ecológico. Tal leitura encontra respaldo no pensamento de Leonardo Boff, sobretudo no âmbito da Teologia da Libertaçāo, ao enfatizar que o pobre é o primeiro a sofrer as consequências da destruição ambiental. Articular, portanto, indígenas, periferias e ecofeminismo em um mesmo eixo analítico não apenas densifica o debate, mas evidencia que a crise ecológica é, em seu núcleo, também uma crise social, ética e civilizatória. Nesse contexto, os sujeitos historicamente marginalizados, pobres, mulheres e povos originários, emergem não como vítimas passivas, mas como portadores de saberes ancestrais, espiritualidades insurgentes e práticas concretas de resistência que se tornam referenciais indispensáveis para a formulação de uma ecoteologia libertadora.

As reflexões aqui desenvolvidas indicam que a preservação da vida no planeta depende de um **profundo deslocamento paradigmático**. Não se trata apenas de evitar a catástrofe ecológica, mas de repensar o próprio projeto de humanidade, à luz de um ethos planetário, plural e espiritual. A ecoespiritualidade, nesse contexto, não é fuga do mundo, mas reencontro com ele: fonte de sentido, força de transformação e base para um futuro mais justo e sustentável.

Em suma, a humanidade tem diante de si a possibilidade de reescrever sua história, assumindo com lucidez e coragem a tarefa de **reencantar o mundo**, restaurar a aliança com a Terra e construir uma convivência pautada pela justiça ecológica, pela reverência à vida e pela esperança ativa. Como afirma Boff (2011), “o futuro não está dado, mas pode ser gestado nas dores do presente”. Cabe-nos, portanto, escolher entre a indiferença que destrói e o cuidado que salva.

REFERÊNCIAS

- BATESON, Gregory. *Steps to an Ecology of Mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1972.
- BERRY, Thomas. *The Great Work: Our Way into the Future*. New York: Bell Tower, 1999.
- _____. *The Great Work: Our Way into the Future*. New York: Bell Tower, 2000.
- BOFF, Leonardo. *A ética da vida: a nova centralidade*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- _____. *Cuidar da Terra, proteger a vida: como evitar o fim do mundo*. Rio de Janeiro: Record, 2011.
- _____. *Ecologia: Grito da Terra, Grito dos Pobres*. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela Terra*. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- _____. *Sustentabilidade: o que é – o que não é*. Petrópolis: Vozes, 2010.
- BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, 28 abr. 1999.
- CAPRA, Fritjof. *A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos*. São Paulo: Cultrix, 1996.
- CARVALHO, Isabel C. M. *Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez, 2004.
- CHARDIN, Pierre Teilhard de. *O fenômeno humano*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GADOTTI, Moacir. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis, 2000.
- JONAS, Hans. *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Contraponto, 2006.
- LATOUR, Bruno. *Políticas da natureza: como associar a ciência à democracia*. Bauru: Edusc, 2004.
- LEFF, Enrique. *Aposta por uma racionalidade ambiental*. In: LIMA, G. T. (Org.). *O renascimento da utopia: os caminhos da razão ambiental*. São Paulo: Cortez, 2011.
- _____. *Racionalidade ambiental: a repropriação social da natureza*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- _____. *Racionalidade ambiental: a repropriação social da natureza*. São Paulo: Cortez, 2009.
- LOVELOCK, James. *A vingança de Gaia: por que a Terra está lutando para sobreviver e como ainda podemos salvar a humanidade*. São Paulo: Intrínseca, 2006.

MACY, Joanna; BROWN, Molly Young. *Coming Back to Life: Practices to Reconnect Our Lives, Our World*. Gabriola Island: New Society Publishers, 2007.

MORIN, Edgar. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento*. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

_____. *A religação dos saberes: o desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

_____. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2005.

PLUMWOOD, Val. *Environmental Culture: The Ecological Crisis of Reason*. London: Routledge, 2002.

SATO, Michèle. *Educação ambiental: múltiplas abordagens para um mesmo desafio*. Cuiabá: EdUFMT, 2002.

TAYLOR, Paul W. *Respect for Nature: A Theory of Environmental Ethics*. Princeton: Princeton University Press, 1986.

WHITE Jr., Lynn. *The Historical Roots of Our Ecologic Crisis*. *Science*, v. 155, n. 3767, p. 1203–1207, 1967.